

AÇÕES AFIRMATIVAS PARA INCLUSÃO NA ESCOLA: ANÁLISE DE UM PROJETO PEDAGÓGICO

José Batista de Barros¹
Adriana Letícia Torres da Rosa²
Lavínia de Melo e Silva Ximenes³
Paula Roberta Paschoal Boulitreau⁴

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar o projeto pedagógico de uma escola pública federal em Pernambuco, observando a proposta de afirmação das ações da educação especial e inclusiva abordada no documento. Toma como referencial teórico, além da base de sustentação legal que ampara a Educação Especial no país, estudos que vislumbram a perspectiva inclusiva da educação; bem como o que concerne às dimensões do projeto pedagógico escolar. De base qualitativa, a pesquisa possui como categorias de análise as diretrizes para o atendimento às necessidades educacionais especiais: a concepção de educação especial no projeto; e também as proposições teórico-metodológicas para o atendimento ao aluno com deficiência quanto à consolidação da educação especial na escola. Os resultados apontam que o documento em estudo apresenta uma concepção de educação especial e inclusiva consonante com a teoria de base. O projeto diagnostica que não há aluno com necessidades educacionais especializadas oficialmente na escola no ano de sua elaboração, contudo prevê flexibilizações no currículo para implementação e acompanhamentos futuros, também antevê a necessidade da formação docente e adaptações dos recursos humanos e físicos para o atendimento adequado no âmbito da educação especial e inclusiva.

Palavras-chave: Ações afirmativas, Educação Especial, Escola, Projeto pedagógico.

INTRODUÇÃO

¹ Doutor pelo Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, jose.bbarros@ufpe.br;

² Doutora pelo Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, adriana.trosa@ufpe.br;

³ Doutora pelo Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, lavinia.ximenes@ufpe.br;

⁴ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, roberta.boulitreau@ufpe.br.

Este estudo aporta-se à luz do entendimento legal⁵ das políticas nacionais e institucionais para a educação especial e do papel da educação no processo de inclusão social, para a produção de conhecimentos sobre ações de cidadania e organização sociocultural com vistas a uma sociedade mais justa, humana e fraterna. Nesse contexto, o trabalho está situado no campo da Educação Especial, tendo como bases de sustentação epistemológicas, teorias que têm como ponto comum a perspectiva inclusiva de estudos sobre a educação, especialmente as proposições de Mantoan (2003) e Silva (2012); bem como de Vasconcellos (2000) e Veiga (1998,1995) no que concerne as dimensões do Projeto Pedagógico escolar.

Nesse caminhar, entendemos que escola se apresenta como espaço privilegiado, pois é onde se instauram os primeiros ensaios da organização social e cultural na vida da criança e dos adolescentes. Nesse espaço, norteiam-se as várias missões de, nos tempos atuais, se promover o desenvolvimento humano, com base no estudo de diversas áreas do conhecimento, a fim de preparar os indivíduos para convivência social mais significativa. É nesse sentido que Mantoan (2003) destaca que a inclusão se legitima, no Brasil mais efetivamente,

porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003, p.30).

O paradigma da educação inclusiva sugere a transformação da sociedade, do olhar para o diferente, no estabelecimento e ampliação da participação de todos que compõe o todo. De acordo com as ideias de Silva (2012), por trata-se de um movimento reestruturador das culturas, das práticas pedagógicas e das políticas praticadas nas instituições de ensino, espera-se que estas atendam e respondam à diversidade dos estudantes que a ela chegam. Percebendo o indivíduo em suas singularidades e objetivando a satisfação pessoal, assim como, o seu crescimento sem relegar o coletivo.

A escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial, conceitua-se como uma nova escola que valoriza a diversidade em detrimento da homogeneidade. Para tanto deve se valer da sua arma mais poderosa: o seu

⁵ Em especial: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica BRASIL, 2001); e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, No. 13.146 de 06 de junho de 2015.

projeto pedagógico e através dele, do currículo flexível, da metodologia, da avaliação e das estratégias de ensino motivadoras, devem promover as ações que contribuam para a inclusão social e para diferenciadas práticas educativas que objetivem atender a todos.

Para prática da inclusão escolar, considerando a educação especial, nas proposições de Silva (2012), faz-se preciso uma série de ações integradas: parceria entre professores da sala comum e da educação especial, na dinâmica do ensino colaborativo em que os profissionais planejam dialogicamente as práticas pedagógicas para um atendimento mais individualizado conforme cada necessidade específica; a parceria entre os professores e outros profissionais da equipe pedagógica (pedagogos e psicólogos, por exemplo), e entre esses e a família, a fim de, num processo colaborativo, as informações relevantes para o desenvolvimento do aluno, na escola e em demais espaços sociais, sejam mais efetivo.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico (PP) assume um importante papel para o favorecimento da inclusão escolar. Conforme Vasconcelos (2000), o documento permite a reflexão sobre a função da escola na formação de cidadãos críticos e responsáveis para atuarem na sociedade. Apresenta os anseios da comunidade escolar e a proposta de ação concreta para realização desses desejos. Assim, define os projetos educativos necessários para tal fim.

O projeto pedagógico é oriundo de um processo de diálogo e reflexão permanente da escola – lugar de concepção, realização e avaliação. O Projeto é definidor da identidade da escola e indica caminhos para o ensino de qualidade. Na sua base constitutiva, esse documento, segundo Veiga (1995),

é político no sentido de formação do cidadão para um tipo de sociedade, e é pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e suas intencionalidades. (VEIGA, 1995, p.13).

Assim, é imprescindível que, no projeto, estejam contempladas as ações mais adequadas para o atendimento às necessidades sociais e individuais dos educandos. No currículo, deve está prevista a flexibilidade das atividades de forma a contemplar as variadas necessidades individuais e coletivas dos alunos. Significa a organização do trabalho pedagógico como um todo. Para tal feito é importante que os principais interessados participem da sua elaboração. A elaboração de um plano de trabalho coletivo vai facilitar a escolar a enxergar como transformar a realidade do contexto.

Com isso, o objetivo deste trabalho é investigar o PP de uma escola pública federal, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco- CAP UFPE, observando a proposta de afirmação das ações da educação especial e inclusiva abordada no documento. De base qualitativa, a pesquisa será desenvolvida, analisando-se o PP da referida instituição, documento esse construído coletivamente, revisitado e atualizado no ano de 2016.

Nesse caminhar, o problema que nos motiva ao estudo é relevante para compreensão da política de inclusão institucional: O PP do CAP-UFPE atende aos princípios da educação especial e inclusiva no que concerne a previsão e a consecução de um atendimento especializado e inclusivo aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem?

Nas nossas hipóteses, a educação inclusiva na perspectiva da educação especial na referida instituição é abordada de forma não sistemática, sem aprofundamento no que diz respeito as práticas vivenciadas no seu interior, e nas ações práticas de seus componentes. Acreditamos que não seja por falta de conhecimentos das políticas públicas em vigor na sociedade mas, por falta de um despertar consciente por parte da comunidade acadêmica da importância do tema para a formação cidadã.

Inicialmente, discutiremos os pressupostos da educação inclusiva, com observância ao tratamento das necessidades educacionais especiais na escola. Também refletiremos sobre a relevância do Projeto Pedagógico como instrumento de afirmação da educação inclusiva na educação básica.

Finalizaremos, analisando a última revisão do PP do referido Colégio, elencando como categorias de estudo as suas diretrizes para o atendimento às necessidades educacionais especiais: a concepção de educação especial no PP; bem como as proposições teórico-metodológicas para o atendimento ao aluno com deficiência quanto à consolidação da educação especial na escola.

METODOLOGIA

O trabalho em tela trata-se de pesquisa documental de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2000), a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Segundo a mesma

autora, qualquer investigação de cunho social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Optamos também por tal procedimento de análise seguindo o pensar de Oliveira (2008, p.172) quando nos evidencia que “fazer pesquisa é analisar dados, causas e efeitos, contextualizando-os no tempo e no espaço, dentro de uma concepção sistêmica” o que sugere uma atenção redobrada aos aspectos da investigação do problema.

O universo da pesquisa consta de uma escola pública federal brasileira. Dentro desse universo, selecionamos como amostra o Colégio de Aplicação da UFPE, em Recife - PE. Fundado em 10 de março de 1958, com a finalidade de servir como laboratório e espaço para aplicação de teorias pedagógicas da Universidade, bem como práticas de estágio das diversas licenciaturas. Oferta os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, tendo cerca de 420 estudantes da educação básica.

O *corpus* da pesquisa é formado pelo Projeto Pedagógico do referido Colégio, documento base da escola, cuja atualização foi efetivada no segundo semestre de 2016. A coleta do referido documento, que está disponível no site da instituição www.cap.ufpe.br, ocorreu no dia 01 de dezembro de 2016.

Com as orientações metodológicas descritas, elegemos como categorias de análise: a concepção de educação especial no PP; e as proposições teórico-metodológicas para o atendimento ao aluno com deficiência.

Como procedimento, fizemos um levantamento bibliográfico sobre a temática da educação inclusiva na perspectiva da educação especial. Na sequência, realizamos a leitura e o estudo do documento PP da instituição campo de pesquisa. Nossas análises sobre o PP se darão à luz das teorias de base.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PP do CAp UFPE, no que diz respeito à educação especial e inclusiva, dedica o Capítulo V, na sua íntegra, ao tema “Acessibilidade e Educação Inclusiva: perspectivas para o CAp-UFPE”. O capítulo exclusivo apresenta as concepções de educação especial e inclusiva, com vistas ao reconhecimento da legitimidade do direito à educação pública e de qualidade para todos.

Suas fundamentações estão ancoradas nos documentos oficiais institucionalizados a saber: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Constituição

Federal de 1988; A Conferência de Salamanca (1994); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9.394/96; Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e o Estatuto da pessoa com deficiência (2015), e em referenciais teóricos que consubstanciam suas posições ao longo de todo o texto redigido.

A concepção de educação especial está explícita em dois momentos no corpo do texto.

A educação inclusiva é um processo educacional inserido em uma proposta pedagógica que deva propiciar um conjunto de estratégias e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para subsidiar, complementar, suplementar e garantir a escolarização ao promover o desenvolvimento dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais. (p. 81-2)

A Educação Inclusiva se configura, pois, como emancipatória no sentido de pautar-se em reflexões éticas e humanizadoras que aderem à integração social do Plano Nacional de Educação que visam a proporcionar aos alunos integrados no contexto escolar condições plenas para o desenvolvimento de suas potencialidades e autonomia para o digno exercício da cidadania. (p. 80)

O fato de dedicar, especificamente, um capítulo inteiro do seu PP à educação especial, a instituição demonstra a importância dada ao tema. Enquanto percebemos o quanto debatido tem sido a temática na sociedade por estudiosos e pesquisadores, poucas instituições se debruçaram sobre o seu PP para atualização no que diz respeito à educação especial e inclusiva. As concepções verificadas e adotadas pelo CAP UFPE trazem no seu âmago explícitas diretrizes para formação acadêmica, e sobretudo humana, pautada em ideais de respeito, humanidade, integração, autonomia e ética que vislumbram a promoção e o desenvolvimento reflexivo, tão necessários para o digno exercício da cidadania dos estudantes.

As proposições teórico-metodológicas para o atendimento ao aluno com deficiência, instituídas no documento base, preveem ajustes e adaptações no currículo, em todas as modalidades de educação, e de modo geral na escola inteira, de forma a contemplar todos os estudantes. No que se refere a tais proposições para a educação especial e inclusiva, o PP do CAP UFPE explicita a preocupação com a função social e a formação cidadã na escola:

pensar o currículo implica, dentre outras possibilidades, assumir uma visão de mundo, de ser humano e de sociedade que se configuram mutuamente, elencando, selecionando, sequenciando e dosando que conteúdos da cultura serão desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem, em determinado nível ou modalidade de ensino. (p.41)

Quanto às possibilidades de trabalho na perspectiva inclusiva no currículo, o PP assinala que professores, servidores e gestão possam trabalhar conjuntamente para atender os estudantes com algum tipo necessidade educacional especial. O debate sobre repensar a flexibilização do currículo para o público específico da educação especial é visível no trecho que se segue:

No tocante à questão, o debate sobre a Educação Inclusiva se presentifica no seio da comunidade escolar de modo que haja projeções para se adequar o espaço escolar para maior acessibilidade, como também para se repensar o currículo e a formação docente com vistas ao trabalho pedagógico (...). (p.79)

Os ajustes e as adaptações no currículo da educação especial e inclusiva no PP estão em consonância com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Previstas em lei, as flexibilizações, encontram espaço, garantindo o direito de todos à educação, como poderemos verificar:

Assim considerado, entendemos por adaptação curricular as ações pedagógicas que visem flexibilizar o currículo com o objetivo de favorecer a aprendizagem de todos os alunos, inclusive daqueles com necessidades educacionais especiais. As adaptações curriculares podem envolver decisões amplas, no âmbito da instituição e do Projeto Pedagógico, como decisões mais específicas e individualizadas. (p.86)

É nesse caminhar que o referido PP prevê proposições teórico-metodológicas relevantes para o atendimento do aluno com deficiência: a proposta pedagógica de acessibilidade revela-se como um conjunto de estratégias e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para subsidiar, complementar, suplementar e garantir a escolarização ao promover o desenvolvimento dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

O Plano Educacional Individualizado (PEI), no referido projeto, apresenta-se como uma proposta personalizada para se diagnosticar e planejar intervenções pedagógicas que ressalte as potencialidades e valorize as capacidades dos estudantes, norteando a forma de escolarização mais adequada, além dos procedimentos avaliativos envolvidos, que atenda às suas necessidades; já o Atendimento Educacional Especializado (AEE) será destinado a estudantes que apresentam deficiências, transtornos

globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, identificando, elaborando e organizando os recursos pedagógicos e de acessibilidade, considerando-se as necessidades específicas do educando a fim de complementar e/ou suplementar a sua formação, e seu processo de autonomia dentro e fora da escola.

Quanto ao currículo e suas adaptações, são medidas pedagógicas constantes no PP, a serem adotadas por iniciativa dos docentes no exercício de sua prática. Objetivam atender às necessidades especiais dos alunos, viabilizando o seu processo de escolarização, e de estratégias que promovam e favoreçam a aprendizagem. A flexibilização do currículo é basilar para fortalecer a proposta de consolidação da escola inclusiva. A metodologia é indissociável do currículo, e representa a busca de alternativas educacionais, visando a estar próximo da realidade do aluno, num espaço democrático e na perspectiva de uma política pública de educação inclusiva com igualdade e participação de todos.

Conforme defende o PP do CAP UFPE, do diálogo entre os docentes e a equipe multiprofissional nasce a consultoria colaborativa. Diz respeito à integração dialogal entre professores e os profissionais da escola (psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros) fortalecendo o desenvolvimento e o acompanhamento dos planos de intervenção. Já o ensino colaborativo diz respeito à colaboração entre professores da classe comum e docentes da educação especial, os quais trabalham de forma integrada, partilhando as responsabilidades do ensino-aprendizagem e a avaliação dos alunos. O planejamento e sua implementação, assim como a avaliação da proposta teórico-metodológica, são feitas numa reflexão conjunta. Outro ponto que merece destaque é o da terminalidade específica cujo uso é feito, após estudo aprofundado do caso, por aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

As Tecnologias Assistivas (TA), também estão sinalizadas como alternativas pedagógicas a serem implementadas no currículo do CAP. Dizem respeito a um agrupamento, de característica interdisciplinar, que englobam produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços cujo objetivo visa a promover a funcionalidade à atividade e a participação de pessoas com deficiências.

O PP do CAP UFPE concebe a avaliação escolar na perspectiva emancipatória e formativa, como elementos indissociáveis e constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, e essencial na fomentação de uma prática ética e crítica que articula as diferentes dimensões e áreas do currículo, do projeto de escola, das práticas pedagógicas,

balizando e redirecionando a abordagem pedagógica a fim de promover mais efetivamente a formação e a emancipação cidadã.

No que se refere a avaliação vislumbrada no PP, de natureza contextual, interativa e processual, deverá ser organizada com base em áreas nas quais foram realizadas adaptações curriculares em razão das necessidades específicas. É a oportunidade do docente conhecer o aluno em sua complexidade, valorando mais os aspectos qualitativos que os quantitativos no processo de ensino-aprendizagem. É nesse sentido que a avaliação formativa incide sobre o aluno, mas também sobre os próprios métodos adotados pela escola, e ainda sobre os docentes e suas práticas, sinalizando aos protagonistas da ação para seu aperfeiçoamento contínuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou o PP de uma escola pública brasileira, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco- CAP UFPE, observando a proposta de afirmação das ações da educação especial e inclusiva abordada no referido documento.

Para tanto, analisou a concepção de educação especial no PP; bem como as proposições teórico-metodológicas para o atendimento aos alunos com deficiências e/ou com algum tipo de necessidades educacional especial.

Partimos da hipótese de que a educação inclusiva na perspectiva da educação especial na referida instituição era abordada de forma não sistemática, sem aprofundamento no que diz respeito às práticas vivenciadas no seu interior, e nas ações práticas de seus componentes. Contudo os resultados das análises apontaram que embora não haja alunos diagnosticados como “especiais”, o documento prevê detalhadamente proposições teórico-metodológicas curriculares, bem como sinaliza as ações necessárias ao atendimento adequado, seja do ponto de vista pedagógico e humano, seja do físico-estrutural.

A concepção de educação especial e inclusiva adotada no documento em análise alia-se ao paradigma fundamentado nos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que, nesse sentido, avança em relação à ideia de equidade do ponto de vista legal.

O estudo do documento possibilitou perceber que a organização do trabalho pedagógico na educação especial na educação básica vivenciada no CAP UFPE está em

consonância com os documentos oficiais quanto a defesa de uma abordagem educacional de atendimento especializado e a crítica à homogeneização da sala de aula.

Observamos ainda que a instituição, por não experienciado práticas no cotidiano da educação especial, necessitará de muita cautela no momento da implementação desse processo, de transformação radical, no seu modo operante antes de acumular experiências sistemáticas que lhe permitam uma análise crítica do processo no contexto macro dessas políticas e, sobretudo, no contexto micro da rotina da escola. Para alcançar o êxito desejado, a ação dos seus atores deverá ser refletida para depois ser retomada, buscando-se um contínuo aprimoramento.

Registra-se também que a instituição assume que, no tocante à acessibilidade, algumas barreiras arquitetônicas do espaço escolar se presentificam. Diante do quadro já há previsão, no plano diretor da Universidade, para a implementação de reformas que oportunizem a acessibilidade na instituição. E é, nesse sentido, que a comunidade escolar do Colégio de Aplicação vem reiteradamente negociando junto à UFPE a ampliação e melhoria de sua estrutura física, de modo a oferecer melhores condições de desenvolvimento do processo educacional aos seus professores e alunos.

A UFPE por sua vez entende que, no contexto da educação emancipatória do ser humano, a acessibilidade no seu espaço acadêmico revela um exercício de cidadania, uma ação formativa contra a discriminação, e em favor da libertação, reflexão crítica, transformação da realidade, construção da autonomia.

A conclusão a que se chega ao final desse trabalho é que se pensarmos na escola que sonhamos, que se reinventa, que não fica estagnada no tempo, que se reinterpreta dia a dia, que entende que cada ser é único, que temos nossas especificidades, que temos tempos diferentes de aprendizagens estaremos diante da escola que ver o projeto pedagógico como uma das inúmeras possibilidades de efetivação do processo de educação especial e inclusiva que tanto desejamos.

Acreditamos que essa pesquisa, com vistas a aprofundar os conhecimentos sobre a educação especial e inclusiva no contexto das práticas escolares da educação básica, vem a contribuir para o (re)pensar do processo de inclusão dos alunos com deficiências e/ou algum tipo de necessidade educacional especial na educação básica; como a educação especial é tratada pelo PP institucional; o que a escola permite entrever quanto ao tratamento pedagógico das relações sociointerativas inclusivas em sala de aula,

aprofundando-se assim as reflexões pedagógicas no campo da educação de maneira mais ampla.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Educação Infantil – **Saberes e práticas da inclusão**: Introdução. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre, Mediação, 2000.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. ed. 37. São Paulo: Paz e Terra. 2008.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica- O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas**. MEC/FNUAP, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MARQUEZAN, R.; LOPES, R.P.V. **O envolvimento da família no processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais**. Educação (UFSM), Santa Maria, v. 2000, p. 3-4.

MENDES, E.G. **Inclusão marco zero: Começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

OLIVEIRA, M. M. **Projetos, relatórios e textos na educação básica: como fazer.** Petrópolis: Vozes, 2008.

PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. **Caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAP UFPE. **Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco.** Disponível em: www.cap.ufpe.br, acesso em 11 de dezembro de 2016.

OLIVEIRA, C. K. **função social da escola.** Disponível em: http://www.webartigos.com/resources/files/modules/article/article_26970_20160927_1722384feb.pdf, acesso em 03 de dezembro de 2016.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMÉZ, A. I. Pérez. **As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência: Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

VASCONCELLOS, C. S. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível.** 10. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

VEIGA, I.P.A. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico.** 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.